

PUPO, Benedito Barbosa. Museu histórico foi criado duas vezes. E não existe. Correio Popular, Campinas, 05 jul. 1981.

Campinas possui, pelo menos em documentos, um museu, criado em duas ocasiões pela mesma pessoa, que até hoje não existe. O Museu Histórico da Cidade de Campinas foi instituído pela primeira vez em 1959, através de lei municipal, pelo então prefeito Rui Novaes. Em 1969, prefeito novamente, Novaes elabora outro documento criando pela segunda vez o Museu da Cidade de Campinas.

Até hoje, no entanto, ele permanece no esquecimento. E sua história começou assim: Em 15 de agosto de 1949, o vereador Floriano P. de Azevedo Marques requereu que a Câmara constituísse uma comissão integrada por vereadores e por outros elementos da cidade para tratar do assunto.

Um projeto de lei foi elaborado: o de número 86/49. Durante muito tempo não se falou mais no assunto, até que alguns anos mais tarde a Câmara aprovou o Projeto, que com a promulgação pelo Prefeito, em 11 de março de 1959, se transformou na Lei n.º 1859, criando o Museu Histórico da Cidade de Campinas. No projeto constava que ele seria localizado no Palácio dos Azulejos. Um vereador, membro da Comissão de Educação e Cultura, que deu parecer favorável à concretização da medida proposta, no entanto, votou em separado, porque discordava da sua localização. Isso devido aquele prédio já não mais pertencer à municipalidade, que o dera à Santa Casa como pagamento do terreno para construção do Paço Municipal, segundo alegava. O Projeto de Lei foi então aprovado com a cláusula de locação de um prédio para instalação do Museu.

Alguns anos mais tarde, o Museu voltou a ser objeto de discussão. Foi quan-

do o Clube dos 21 Irmãos e a Academia Campinense de Letras, por seus presidentes, oficiaram ao prefeito documento lembrando a lei n.º 1859, de 11 de março de 1959, ainda não cumprida. No ano seguinte, o prefeito, Ruy Novaes encaminha à Câmara outro projeto, dando nova estrutura ao órgão cultural anteriormente criado. O texto desde era praticamente o mesmo do anterior, com algumas alterações, como, por exemplo, a referente ao número de membros do Conselho teria no máximo oito membros e na nova no mínimo cinco. Na primeira lei, seria um serviço subordinado à Secretaria de Educação e Cultura, mas na segunda ficaria diretamente subordinado ao prefeito. Na primeira lei, a verba estabelecida era de Cr\$ 500 mil e na segunda de Cr\$ 50 mil (cruzeiros novos). Curioso é que na lei n.º 3751, de 29 de janeiro de 1969, consta que a localização do Museu seria no Palácio dos Azulejos...

"De direito", existe ainda o Museu do Café, pois há o Decreto-Lei n.º 777, de 20 de agosto de 1969, dispondo sobre a "Fundação do Museu do Café", com sede em Campinas, subordinada ao Ministério da Indústria e Comércio. Outros Decretos-Leis vieram depois, um deles sob n.º 65198, de 19 de setembro de 1970, outro Decreto-Lei, o de n.º 66923 foi assinado, aprovando alteração nos Estatutos.

A finalidade do Museu do Café, de Campinas, segundo o estatuto, é documentar a história do café, servir de mostra retrospectiva e de exposição permanente do desenvolvimento de sua cultura, bem como demonstrar as técnicas utilizadas nas diversas fases de sua produção, beneficiamento e comercialização.

## Unificação dos museus

O tema da unificação dos museus campineiros, alguns já instalados, embora precariamente, tem sido por vezes ventilada por aqueles, que se interessam pelos nossos problemas culturais. Volta-se a falar nisso agora, quando se cuida de se por em condições o antigo prédio da Fepasa, que, segundo convênio entre o governo do Estado e a Prefeitura, deve abrigar o Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Campos Sales", criado pelo Decreto Estadual n.º 26.216, de 6 de agosto de 1956.

Segundo uma cláusula estabelecida no Convênio, além do Museu Histórico e Pedagógico Dr. Campos Sales, o edifício poderá abrigar complexos museológicos e culturais de propriedade do município, do Estado e mesmo de terceiros. Por outra disposição constante do documento firmado entre a Prefeitura e a Secretaria do Estado de Educação, esta "poderá autorizar o funcionamento, no edifício mencionado, de outras atividades museológicas e culturais de iniciativa do poder público".

Atualmente, alguns museus — ou pelo menos algumas exposições com tal nome — existem em funcionamento em Campinas: Museu de Carlos Gomes, no Centro de Ciências, Letras e Artes; Museu Arquidiocesano, da Cúria Metropolitana; "9 de Julho", e de História Natural, ambos no Bosque dos Jequitibás; Museu de Ciências, da Unicamp e Museu de Arte Contemporânea.

Existem ainda os museus criados por lei-municipal, estadual ou federal — mas não instalados. No primeiro caso está o Museu Histórico da Cidade de Campinas, duas vezes criado em 1958 e em 1969. No terceiro, temos o da "Fundação do Museu do Café". Quanto ao do âmbito estadual, providências estão sendo tomadas para implantação do que tem o nome de Campos Sales.

De acordo com o que se lê em jornais da época, em 25 de abril de 1957, o Centro de Ciências, Letras e Artes, que mantém o acervo de Campos Sales, inaugurou o Museu Campos Sales, em uma de suas dependências. A inauguração foi solene, com uma conferência de Aureliano Leite e parte artística. Nessa época, o Decreto, que criou juntamente com mais três museus — Batatais, Guaratinguetá e Piracicaba — o Museu Histórico e Pedagógico Dr. Campos Sales, já havia sido assinado (6 de agosto de 1956).

Campinas teve também o seu Museu Ferroviário, obra do engenheiro Gabriel Torres. Hoje, o acervo desse Museu está em Jundiá por decisão da Fepasa. Ao que parece, foi a falta de local adequado que motivou tal decisão.

Agora, com o edifício que pertenceu à ex-Mojiana, destinado aos museus de Campinas, fala-se novamente na unificação dos mesmos, dependendo isso de um plano a ser elaborado e de entendimentos com as entidades que hoje têm sob sua guarda os objetos e documentos históricos.

B. Barbosa Pupo

duas vezes. E não existe

Museu Histórico foi criado